

# Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones  
(Organizadora)

# Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>8</b>
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>24</b>
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>51</b>
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>67</b>
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>76</b>
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>94</b>
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>108</b>
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828127</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>126</b>
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>145</b>
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2301828129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>172</b>
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23018281210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>193</b>
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23018281211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>205</b>
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23018281212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>222</b>
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23018281213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>239</b>
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23018281214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>254</b>
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>269</b>
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>288</b>
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>302</b>
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>321</b>
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>336</b>

## EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015

**Icaro Gabriel da Fonseca Engler**

Universidade Federal de Pelotas, Programa de  
Pós-Graduação em Ciência Política  
Pelotas – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os Deputados Federais brasileiros, durante o período de 1990 até 2015, que são identificados profissionalmente como sendo *empresários*. Os principais aspectos abordados são os recursos detidos por estes indivíduos, sendo eles: i) os recursos econômicos, extraindo estes dados das declarações de bens entregues ao Tribunal Superior Eleitoral; ii) os recursos sociais, restritos a trajetória acadêmica e profissional, obtidos no Dicionário Histórico Bibliográfico; e iii) a carreira política desempenhada, categorizando todos os cargos eletivos ocupados até o ano de 2015. Através destas informações é possível demonstrar as diferentes posições sociais ocupadas por estes agentes, bem como as relações entre elas. Neste universo já existem pelo menos duas posições distintas, a política, na função de Deputado, bem como a econômica, na ocupação de *Empresário*, sendo possível identificar uma lógica de mobilização dos recursos com o intuito de se localizar em posições socialmente valorizadas, como se fossem um trunfo social e político, que é fundamental para a manutenção dos cargos

eletivos e, por sua vez, da carreira política. Nestes termos, acredita-se que determinar a posição social global dos agentes, composta a partir dessa multiposicionalidade em diferentes *espaços sociais* é de extrema valia como indícios de *estratégias de reprodução social*. Por outro lado, é também considerar a dimensão social do *espaço político*, não restringindo sua análise somente as carreiras e cargos eletivos, pois existe todo um *background social* prévio ao recrutamento político, bem como um não abandono, após o sucesso eleitoral, destes recursos sociais adquiridos anteriormente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Elites Políticas; Empresários; Carreira Política; Recursos Socioeconômicos.

### 1 | INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 90, dentro de um novo quadro institucional de representação política, muitos autores voltaram a questionar a relação entre *empresários e política*, retomando a agenda de pesquisa que tinha como temática o *empresariado como ator político* e os seus *espaços de atuação*. Um indício é a organização da “Rede de Pesquisadores Empresa, Empresários e Sociedade”, que resultou em diversas publicações como Livros e Dossiês de revistas, bem como a realização

deste *Workshop* bianual desde 1998, cuja umas das linhas temáticas aborda a relação dos *empresários e política*, focando principalmente nas ações coletivas e formação de políticas por parte deste grupo.

Mesmo assim, os estudos relacionando diretamente *empresários* e posições no *Legislativo*, são de alguma forma escassos, tanto nas pesquisas temáticas que focam no *empresariado* – que primeiramente se dedicaram a analisar as relações com o poder executivo, e posteriormente as relações com o poder legislativo em torno do *lobby* e grupo de pressão – quanto nos trabalhos sobre eleições, instituições políticas e Congresso Nacional - que analisam as bases sociais das *elites políticas*, em geral, não procurando um recorte econômico, ou de uma categoria ocupacional ligada a atividades econômicas.

A questão é que independente da problemática de *representação de interesses* e para além do período democrático, a participação de grupos ligados a atividades econômicas no espaço político ocorreu durante vários momentos da história brasileira. Inclusive, de acordo com instituições que analisam a composição do Congresso Nacional, os casos enquadrados como *empresários* são o grupo que mais ocupou cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições de 1990 até 2015, ocorrendo variações em determinadas eleições, mas atingindo o percentual de aproximadamente 27% no período, enquanto os casos enquadrados como advogados, grupo profissional que geralmente recebe destaque nos estudos sobre elites políticas, giraram em torno de 18%.

Sendo assim, a participação no Congresso Nacional, e em específico na Câmara dos Deputados, de *empresários*, ou seja, de grupos ligados a atividades econômicas, é um fenômeno social demonstrável. Contudo, as principais análises realizadas focam nos impactos institucionais sobre as estratégias dos atores e os resultados das políticas públicas promovidas, tendo como objeto o *comportamento, representação de interesses e agenda legislativa*, não abordando, por exemplo, o perfil destes grupos dirigentes (LOUREIRO e OLIVIERI, 2002).

Nestes termos, este trabalho tem como objetivo analisar os Deputados Federais brasileiros, durante o período de 1990 até 2015, que são identificados profissionalmente como sendo *empresários*. Os principais aspectos abordados são os recursos detidos por estes indivíduos, sendo eles: i) os recursos econômicos, extraído estes dados das declarações de bens entregues ao Tribunal Superior Eleitoral; ii) os recursos sociais, restritos a trajetória acadêmica e profissional, obtidos no Dicionário Histórico Bibliográfico; e iii) a carreira política desempenhada, categorizando todos os cargos eletivos ocupados até o ano de 2015.

A questão mais geral em que esse trabalho se enquadra, parte da problematização entre *grupos econômicos e política*, que em um sentido amplo é colocado para qualquer agente ou grupo social, onde não existe *a priori* uma passagem direta, mecânica ou “natural” de determinados indivíduos para a *política*, ou seja, a entrada no espaço político é o resultado de um processo de mobilização bem sucedida de

recursos sociais, que podem ter sido herdados ou adquiridos no decorrer da trajetória social e profissional, que são valorizados social e politicamente, tanto na apresentação para os eleitores como candidato e assim angariando votos, como também para o próprio espaço político entre os seus pares e profissionais da política (DULONG, 1996; LEVEQUÉ, 1996; MATHIOT E SAWICKI, 1999; OFFERLÉ, 1999).

No caso específico de se trabalhar com agentes relacionados a atividades econômicas existem pelo menos dois entraves importantes de serem mencionados, que partem das possibilidades de denominação desse grupo, influenciando na operacionalização da pesquisa. O primeiro é a fluidez apresentada por esta categoria ao se tratar de uma atividade ocupacional e não profissional, ou seja, não existe um diploma universitário que habilite o *empresário*. Apesar de existirem áreas e cursos mais próximos ao meio econômico, a ausência desta condição não permite utilizar o critério escolar na definição do universo empírico, em comparação com outros estudos que analisam a relação entre determinadas profissões e o espaço político, por exemplo a de Advogado, Economista, Médico, etc.

Esta categoria ocupacional permite, de uma maneira menos rigorosa ao ser comparada com as profissões, o auto posicionamento, ou seja, um “uso” como trunfo social de apresentação. Nestes termos, pode ocorrer uma associação entre “ser” *empresário* e deter um alto *patrimônio econômico*, mas também entre a posse destes bens econômicos e a dimensão simbólica de “*pessoa bem-sucedida*” (PINÇON E PINÇON-CHARLOT, 2007).

Da mesma forma que o seu “desuso” também merece o devido cuidado, como uma estratégia de esconder esta posição e/ou fazer o “uso” de outro trunfo. Como é o caso dos agentes que detém atividades econômicas, mas não se apresentam como *empresários*, ou qualquer outro termo relacionado com esta ocupação, posicionando-se profissionalmente pelo diploma escolar de diversas ordens, mesmo sem ter exercido a profissão (CORADINI, 2001, p. 7 – 24).

Dito isso, não é intenção deste trabalho apontar quem são os *empresários na política*, no sentido de elencar os indivíduos e delimitar quem estaria dentro ou fora desse grupo, justamente por existirem diferentes lógicas de apresentação e mobilização de recursos sociais. Da mesma forma, ao considerar a própria categoria ocupacional como um trunfo que está em jogo, nestas lógicas de apresentação, não convém delimitá-la através de uma definição, pois cada caso pode se identificar como *empresário*, ou atividade correlata, e dispor de diferentes patrimônios socioeconômicos.

Além disso, estas questões enunciadas estão presentes dentro de um contexto social específico, no caso o brasileiro, onde é necessário considerar as relações possíveis entre posições econômicas e o espaço político. A primeira se refere ao tipo de Estado, que em países como o Brasil, tendem a apresentar uma lógica clientelística ou patrimonialista, ancoradas em uma lógica informal de representação de interesses. Nestes termos ocorre uma personalização dos mandatários, no sentido que são confundidos com os próprios cargos políticos ocupados, com isso, é determinante a

proximidade pessoal com este centro de poder na disputa pelo controle da alocação de recursos. Por fim, essa estratégia se estende sobre outros espaços sociais, onde a lógica política tende a servir como consagração social e, inclusive, ao acesso a posições econômicas importantes (BADIE E HERMET, 2001, p. 177 - 183).

Sendo assim o recorte proposto obedeceu a dois critérios objetivos: i) ter sido eleito para o cargo de Deputado Federal no Brasil entre 1990 e 2015; e ii) se apresentar profissionalmente como sendo *empresário*. Uma vez determinados os componentes deste universo, as fontes de informações utilizadas foram o sítio da Câmara Federal, complementadas pelas fichas elaboradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que compõem o Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB), e também foram coletados elementos específicos sobre as declarações de bens no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O banco composto a partir destes locais contemplou e sistematizou os seguintes dados: cargos eletivos ocupados e filiação partidária; total do patrimônio econômico e empreendimentos declarados; grau de escolaridade; por fim, as ocupações e profissões desempenhadas ao longo de sua trajetória.

As seções seguintes deste *paper* tem como objetivos específicos: i) determinar as posições econômicas e os empreendimentos disponíveis, a partir das declarações patrimoniais; ii) identificar a posição escolar e os demais recursos acadêmicos detidos; iii) demonstrar as trajetórias sociais desempenhadas, através dos cargos e o meio destas atividades; e, por fim, iv) apresentar as posições e recursos políticos, com o intuito de apreender os tipos de carreiras e a sua relação com os recursos anteriores.

## 2 | RECURSOS ECONÔMICOS

Uma das primeiras questões ao procurar construir uma pesquisa que busca a relação entre diferentes espaços, neste caso o econômico e político, é justamente identificar quais são as posições econômicas ocupadas pelos agentes que compõem este universo, ou seja, é necessário analisar, principalmente, o patrimônio econômico disponível por estes casos, se realmente detém empreendimentos, em quais áreas, valor total de bens. Para tanto, foi realizado um trabalho de coleta de dados sobre as declarações de bens entregues ao Tribunal Superior Eleitoral, dos 83 casos selecionados para comporem o universo desta pesquisa.

A partir das eleições de 2006, o TSE passou a exigir dos candidatos um cadastro online, via CandEx, bem como a sua declaração de bens digitalizada. A partir desta sistematização, foi possível a divulgação das informações sobre o patrimônio dos políticos de forma online. Esta iniciativa foi um grande facilitador para a coleta de dados, mesmo assim existe uma série de problemas, que poderiam ser solucionados através da vinculação de informações entre o TSE e Receita Federal.

Por exemplo, principalmente as declarações mais antigas, antes de 2006, a qualidade do material é muitas vezes precária, pois foram digitalizadas e em alguns

casos não é possível ler as informações contidas nos documentos. Em outros casos constam apenas os bens dos políticos sem seus valores e, por fim, existe o problema da veracidade destas declarações realizadas, ora suprimindo bens ora atribuindo valores abaixo do mercado.

Não é o intuito deste trabalho questionar a veracidade destes documentos, no sentido que existe a possibilidade de as declarações realizadas pelos políticos não condizerem com seu patrimônio real, já que existem diversos meios possíveis para se escondê-lo. Considera-se que mesmo com estas dificuldades não é viável desconsiderar estas informações oficiais, justamente por serem as únicas fontes disponíveis sobre os recursos econômicos dos políticos.

Sendo assim, são apresentadas duas informações principais deste grupo, consideradas como recursos econômicos pertinentes para a sua categorização dentro da atividade empresarial, são elas: i) total de bens declarados, que será o principal dado objetivo de posição econômica; e ii) os setores dos empreendimentos declarados como patrimônio, de acordo com a “natureza” e seus ramos de atuação.

Dos 83 casos que compõem o universo desta pesquisa 74,8% (62 casos) detém um montante total de bens que supera o valor de R\$ 1 milhão de reais, onde a média dos patrimônios é de aproximadamente R\$ 13,5 milhões de reais. Contudo, existem 2 casos com valores extremamente altos, passando dos R\$ 100 milhões de reais, que acabam distorcendo este teste, por isso os casos foram categorizados em 5 faixas de patrimônio apresentadas em seguida:

Faixas de Patrimônio	Casos	%
Menos de R\$ 500 mil	9	10,8
R\$ 500 mil a menos de R\$ 1 milhão	10	12,0
R\$ 1 milhão a menos de R\$ 5 milhões	32	38,6
R\$ 5 milhões a menos de R\$ 10 milhões	12	14,5
Mais de R\$ 10 milhões	18	21,7
Sem informações	2	2,4
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Tabela 1 – Posições Econômicas

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Existe uma dificuldade de comparar estes patrimônios com o de exemplos do meio empresarial, principalmente pela falta de informações somados ao desinteresse em divulgá-los. Com isso, esta classificação em nenhum momento procura extrapolar as informações referentes aos bens declarados por parte dos políticos, ou seja, são segmentos gradativos em relação ao seu patrimônio, não podendo imputar deste dado posições específicas do meio privado, como posições de pequeno, médio ou grande empresário, pois estas formulações são construídas indo além de declarações de patrimônio, abordando também rendimentos anuais, tamanho da empresa, etc., informações que não são contempladas neste trabalho, principalmente pela

indisponibilidade deste dado para o universo de pesquisa.

Primeiramente é possível identificar uma frequência de casos na faixa média, que vai de R\$ 1 milhão a menos de R\$ 5 milhões, sendo responsável por 38,6% do universo desta pesquisa. Seguida da faixa mais elevada de patrimônio, onde 21,7% detém um montante total de bens que ultrapassa os R\$ 10 milhões de reais. E a terceira faixa com maior número de casos é a segunda mais alta em relação ao patrimônio, ficando entre R\$ 5 milhões e menos de R\$ 10 milhões, representado 14,5% do universo.

A partir destes dados é possível afirmar que, a grande maioria dos 83 casos aqui analisados, apresenta uma forte concentração de recursos econômicos, ou seja, detém entre seus bens ações, carros, empreendimentos, imóveis, etc. altamente valorizados compondo um patrimônio elevado que pode vir a ser utilizado como um trunfo social e político em diferentes contextos, desde distinção social até financiamento de campanhas eleitorais.

Neste sentido, a composição das declarações de bens pode ser diversa, onde os valores de todos os seus itens são somados para se atingir este montante colocado anteriormente. Contudo, deter um alto valor de recursos econômicos não está necessariamente associado a possuir empreendimentos que estejam relacionados a atividades empresariais. Por isso também foram coletadas as informações referentes aos bens declarados, buscando estes possíveis empreendimentos e classificando-os de acordo com os 3 setores da economia: i) primário, ligado a produção através da exploração de recursos naturais; ii) secundário, relacionado com a transformação das matérias-primas em produtos industrializados; e o iii) terciário, que compõem os serviços prestados para satisfazer determinadas necessidades.

Tomando como base da análise os empreendimentos, existem, ao todo, 83 empresas ligadas ao setor terciário, sendo o mais expressivo e tendo como principal ramo de atividade o comércio. Em segundo lugar está o setor secundário com 33 empresas, com destaque para o ramo da construção civil e incorporação imobiliária. Por último, 12 empresas são pertencentes ao setor primário, tendo como base a atividade agrícola.

Temos assim, no total, 128 empresas declaradas como patrimônio dos 83 casos analisados, contudo apenas 45,7% dos casos detém apenas um tipo de empreendimento. Ou seja, além de ser característico destes políticos deterem altos montantes de patrimônio, também diversificam a sua atividade empresarial em mais de um setor econômico, possuindo participação em mais de uma empresa, inclusive existem 6 casos com empresas nos 3 setores.

O mais comum é a diversificação entre o setor secundário e terciário, principalmente combinando o ramo da construção civil com o comércio. Ao todo são 21 casos, representando 25,3% do universo total, que adotam esta estratégia empresarial, trazendo grandes benefícios econômicos, uma vez que 10 destes detém um patrimônio econômico maior que R\$ 10 milhões de reais.

Para além dos bens contidos nas declarações, também foi possível identificar as

atividades no ramo de comunicação, ou seja, a relação destes políticos e *empresários* com concessões de rádio e televisão. São 14 casos que possuem ligação com concessões de rádio, 10 casos com rádio e televisão e um caso somente com televisão, totalizando 25 casos (30, 1% do universo). Em 14 destas o diretor é algum parente, como o filho, esposa ou irmão, dos casos analisados por este trabalho, o que não impediu de identifica-los como sendo sócios de 20 destas concessões.

Por parte dos concessionários, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, determina que não poderá exercer não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial, norma confirmada em 1963 pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e, por fim, na Constituição de 1988 existe uma proibição para os Deputados e Senadores, não podendo manter contrato ou exercer cargos, funções ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviços públicos.

Além de existir esta legislação que proíbe aos políticos certos tipos de relação com concessionárias de serviço público em geral, não apenas de comunicação, existe uma relação de reciprocidade, tanto para quem ganha, quando para quem a concede. Por exemplo as concessões das grandes redes de televisão que operam hoje, foram outorgadas durante o Regime Militar, alguns dados apontam para o número excessivo de concessões de rádio e televisão outorgadas nos últimos meses do governo Figueiredo (1979 – 1985), sendo o último militar escolhido para presidência.

Esta relação de reciprocidade não se encerra com o fim da Ditadura, pois durante o Governo de José Sarney (1985 – 1990), as concessões ainda seguiam critérios políticos e de relações pessoais, fortemente endossadas por Antônio Carlos Magalhães, então seu Ministro das Comunicações, e um dos grandes interessados em manter este tipo de relação, visto que a sua família detém diversas redes de rádio e televisão no estado da Bahia.

Por último, é necessário considerar o próprio poder simbólico de quem opera os meios de comunicação, como recurso social e político, que também está diretamente ligado com o grau de democratização da mídia. Neste sentido os dados aqui colocados não são nada progressistas, pois apontam para indivíduos que além de exercerem mandatos políticos eletivos, também tem a sua disposição bens patrimoniais elevados, possuem empresas em mais de um setor econômico e detém concessões de rádio e televisão.

Assim, o padrão aqui dos casos aqui analisados é que além de se identificarem “profissionalmente” como sendo *empresários*, estes políticos, em sua grande maioria, também possuem participação em empresas, configurando assim o pertencimento a dois espaços distintos, o político e econômico. Contudo isso não significa que de *empresários* se tornem políticos, uma vez que o caminho pode ser o inverso, apontando para a política como porta de entrada em uma rede que pode a vir proporcionar ganhos econômicos. Por outro lado, também não se tratam de grandes *empresários* nacionais,

visto que são conhecidos pela a sua atividade política, da mesma forma que existem casos com patrimônios abaixo de R\$ 1 milhão de reais.

Sendo assim, mais do que confirmar ou refutar se os políticos aqui analisados podem ser enquadrados dentro do imaginário do que é ser um *empresário*, o principal objetivo desta primeira parte foi alcançado, que é poder identificar o montante de bens e a participação destes casos em empresas.

### 3 | RECURSOS ESCOLARES

Os estudos sobre os “representantes políticos” comumente se dedicam a analisar o grau de escolaridade destes, analisando os possíveis distanciamentos de seus eleitores, por possuir diplomas de ensino superior, sem analisar o que significa a posse do diploma, ou seja, toma-se a coisa em si, e não suas relações possíveis com os espaços que os agentes estão inseridos. Contudo, apontar para este fato, também é relativizar as afirmações de que certas profissões são mais propícias para a política, devido ao seu conteúdo escolar, ou qualquer outro fator ligado ao que se ensina, sendo que o que está realmente em jogo são os possíveis usos dos diplomas escolares como trunfos, onde o ponto principal é o que significa o diploma e cada curso superior no jogo de lutas que se está jogando.

Realmente existe uma enorme discrepância entre os Deputados Federais eleitos que possuem ensino superior completo e o eleitorado, enquanto para os primeiros o percentual é em média de 75% (Fonte: TSE, 2016), para o restante da população é de 7,9% (Fonte: IBGE, 2010). Dentro desse quadro fica claro como o diploma superior no Brasil é um recurso escasso e assim pode ser utilizado como um trunfo social para o acesso a posições mais elevadas, contudo é importante entender o que representa este recurso em cada um dos espaços que os seus detentores estão inseridos.

Ao analisar os 83 casos que compõem o universo de análise deste trabalho, a maior parte dos políticos *empresários* detém algum diploma universitário, distinguindo-se imensamente dos demais cidadãos brasileiros, contudo ficam abaixo da média escolar de seus pares. São apenas 47 casos com ensino superior completo, o que representa 56,6% do universo, ou seja, existe uma frequência mais elevada de casos sem diploma universitário neste universo, que ultrapassa a média de Deputados Federais sem ensino superior, que gira em torno de 25%.

Abordando exclusivamente os casos com ensino superior completo (47 casos), a maior parte são formados no curso de Direito, como é possível identificar na tabela seguinte:

Cursos	Casos	%
Administração	5	6,0
Agronomia	2	2,4
Ciências Contábeis	1	1,2
Direito	24	28,9
Engenharia Civil	7	8,4
História	1	1,2
Letras	2	2,4
Medicina	1	1,2
Teologia	1	1,2
Veterinária	1	1,2
Total	47	100,0

**Tabela 2 – Cursos Superiores**

FONTE: Câmara dos Deputados

Ao todo são 28,9% dos casos que detêm o diploma de ensino superior no Direito, seguido de, em menor grau, Engenharia Civil, com 8,4% dos casos, e Administração, com 6,0% dos casos. Nestes termos, a maioria dos casos com ensino superior completo está relacionada com cursos considerados tradicionais, no caso o Direito, ou em áreas que se apresentam através de uma *expertise* técnica e voltada para a ocupação de cargos no meio privado, como é o caso da Administração e Engenharias.

Em relação a idade de saída da Universidade, são apenas 8 casos que vão concluir seus estudos superiores com 24 anos ou menos, sendo que a maior parte (55,3% dos casos) vai obter seu diploma entre 25 e 30 anos. Mesmo com um baixo número de casos na primeira faixa etária, o padrão deste universo é terminar o ensino superior com menos de 30 anos (72,3%), não sendo frequente uma escolarização tardia para quem detém o diploma. Apontando para uma valorização do diploma escolar, bem como a disponibilidade para se dedicar aos estudos, visto que frequentar a Universidade e obter um Diploma de Ensino Superior é uma etapa já estipulada e deve ser cumprida em uma idade determinada.

A relação entre a idade e o diploma escolar é interessante de ser observada, pois ao considerar o diploma como um trunfo, um recurso social, aliado com as idades mais baixas, podem ter um efeito nas entradas dentro das trajetórias profissionais, ou seja, podem garantir posições iniciais já elevadas dentro do mercado de trabalho, mesmo com pouca idade e experiência, mas influenciada pelos usos do diploma escolar.

Sobre as Instituições de Ensino Superior, outro aspecto do processo histórico que vai além desta tese, é o peso social e simbólico atribuído às Universidades Federais no Brasil, como símbolo de excelência no ensino, bem como a algumas Instituições Particulares, onde o grau de qualidade atribuído a ambas também está relacionado com a região onde se encontram. Dentro desse quadro, 24 casos (53,3%) frequentou uma Instituição de Ensino Superior privada e 18 casos (38,2%) uma Universidade Federal.

É interessante, por fim, considerar a relação da apresentação enquanto

*empresário* e a posse de diploma superior. A partir das profissões declaradas nas biografias disponíveis no site da Câmara dos Deputados foi possível estabelecer determinadas estratégias de posicionamento que estão relacionadas diretamente com a mobilização de recursos sociais, objetivados nas posições econômicas e escolares descritas anteriormente, ou seja, é possível afirmar que dispor ou não dispor destes trunfos condicionam as lógicas de apresentação ocupacional e profissional.

A estratégia principal é procurar mobilizar diferentes recursos, por exemplo, dos 47 casos com ensino superior completo, 33 destes (70,2%) se apresenta profissionalmente como *empresário* e também com a profissão relacionada com o curso de formação, por exemplo: Advogado e Empresário, Engenheiro Civil e Empresário. Combinando assim a atividade ou ocupação empresarial com a posição escolar, jogando com dois recursos importantes social e politicamente.

Entretanto, como já foi colocado anteriormente, existe uma quantidade considerável de casos sem o ensino superior completo, não sendo possível jogar com o diploma escolar restando então a apresentação profissional relacionada com a atividade ocupacional. Sendo assim a categoria ocupacional “empresário” carrega um peso socialmente construído de prestígio e sucesso pessoal, independente, inicialmente, da posição econômica ocupada.

Posicionar-se como “Empresário” pode ser considerada uma estratégia de apresentação importante, como um trunfo a ser acionado dentro do espaço social, no mercado eleitoral e no espaço político. Tanto que 14 casos com diploma superior utilizam a posição escolar em sua classificação profissional, por outro lado, os demais 36 casos sem o ensino superior completo pode fazer um “uso” desta categoria ocupacional para compensar a posição escolar mais baixa.

Estes posicionamentos ocupacionais e profissionais estão presentes nas fichas pessoais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados, ou seja, simultaneamente com o primeiro sucesso eleitoral, dos casos que estão entrando na política, ou conjuntamente com uma carreira política já consolidada, que são os casos mais frequentes deste universo. Obedecendo assim a uma lógica de apresentação com posições que não estão relacionadas com a atuação política e que depende da disponibilidade e mobilização de recursos sociais externos ao *espaço político*.

#### **4 | TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E FILEIRAS DE ENTRADA POLÍTICA**

A análise de trajetória é uma parte importante deste trabalho, pois capta as atividades ocupadas ao longo de um período longitudinal e suas possíveis mudanças. Coletando detalhes que escapam da lógica das posições econômicas, escolares e sociais, apresentadas anteriormente através de dados em momentos específicos. Assim procura-se compor outros recursos adquiridos nas atividades ocupacionais e profissionais, anteriores a entrada na política e a construção de determinados itinerários de acordo com as atividades e posições ocupadas.

As informações foram extraídas a partir dos dados biográficos dos 83 casos, coletados em suas fichas da Câmara de Deputados, bem como os seus verbetes elaborados pelo DHBB do CPDOC.

A maior parte dos casos (67,5%) tem o meio privado como sendo sua principal trajetória profissional, visto que o primeiro recorte deste trabalho estava relacionado com casos que se posicionam profissionalmente como empresários, contudo não se excluíram possíveis trabalhadores assalariados das empresas privadas, considerando todas as atividades ocupacionais destes casos. Da mesma forma existe a possibilidade de os casos desempenharem uma outra trajetória principal, pois a participação ou relação com uma empresa pode ser de várias formas além da gerencia e administração diária do empreendimento.

Por exemplo, em 14 casos analisados (16,9%) não existe qualquer registro de atividade anterior ao cargo político eletivo, sendo que a principal explicação para essa ausência não está na falta de informações, mas sim na inexistência de profissão anterior a prática política. Essa tese é reforçada pela entrada precoce de boa parte destes casos, que se dá antes dos 25 anos. Contudo, isso não impede que, mesmo não desempenhando uma trajetória profissional no meio privado, exista em suas declarações de bens a posse de empresas.

Somam-se a estes 14 casos, outros 6 em que é possível identificar uma ocupação anterior a política, mas logo em seguida já ocorre o primeiro sucesso eleitoral e a ocupação de cargos eletivos, seguindo o padrão de isto ocorrer com menos de 25 anos. Somados estes casos representam aproximadamente 25% do universo desta pesquisa, por isso a necessidade de considera-los na análise, não tratando somente da caracterização da maioria.

Retornando aos casos do meio privado (56 casos – 67,5%), foi possível identificar que a grande maioria destes, durante a sua trajetória nas empresas, ocupou altos cargos de direção. Esta posição foi definida a partir dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Proprietários e Sócios de empresas, totalizando 40 casos que desempenharam estas funções ao longo de suas trajetórias profissionais no meio privado.

Desempenhar estas funções hierarquicamente superiores, podem ser consideradas como sendo outro fator de distinção e acúmulo de capital simbólico, como também de relação com recursos econômicos.

Patrimônio Econômico	Itinerário Privado	Altos Cargos	Cargos Médios
Acima de R\$ 10 Milhões	16	14	0
De R\$ 10 milhões a R\$ 5 milhões	7	5	2
Menos que R\$ 5 milhões até R\$ 1 milhão	21	15	5
Abaixo de R\$ 1 milhão	12	6	5
Total	56	40	12

**Tabela 3 – Patrimônio Econômico X Hierarquia dos Cargos**

FONTE: Banco de Dados do Autor

É possível identificar uma tendência entre ocupar as posições econômicas mais elevadas e desempenhar atividades de direção em altos cargos. Ao analisar comparativamente os casos que ocuparam cargos médios nas empresas, é possível constatar uma concentração de casos com patrimônios abaixo de R\$ 5 milhões e nenhum caso acima dos R\$ 10 milhões em bens. Fato que se inverte para os casos com altos cargos, com mais frequência nas faixas acima de R\$ 1 milhão e representando a grande maioria dos casos com patrimônio acima de R\$ 10 milhões. Assim, à medida que se aumenta a posição econômica e, conseqüentemente, o montante de recursos econômicos, é mais provável que estes casos tenham ocupado altos cargos no itinerário privado.

Ao analisar as possíveis rupturas de trajetórias do meio privado, foi possível constatar que a maioria dos casos permanece exclusivamente com suas atividades econômicas até o momento do primeiro sucesso eleitoral. Dos 56 casos do itinerário privado, 38 deles desempenhavam a ocupação de empresário no momento do recrutamento político, principalmente nestes altos postos da hierarquia das empresas.

Mesmo assim existe uma estratégia de diversificação de trajetória que não pode ser identificada necessariamente como uma ruptura, que é o caso das atividades em entidades de representação de classe, muito comuns no meio empresarial. O interessante dessas entidades é que elas podem ser consideradas como uma representação política, contudo sem ser considerada dentro do espaço político formal dos poderes legislativo e executivo.

Nestes termos, identificou-se 11 casos que desempenham funções dentro dessas entidades profissionais, todas ligadas a atividades empresariais e, inclusive, atuando em mais de uma. O mais comum destes é a participação em Associações Comerciais e Industriais, ou em Instituições de ramos econômicos específicos (Construção Civil, Imobiliário, Transporte, etc.). Estas entidades, geralmente, atuam no âmbito municipal e regional, raramente abarcando todo o Estado.

Diferente das Federações, entidades patronais de representação de classe regidas pela estrutura e leis sindicais e fomentadas pela contribuição compulsória. Nestas instituições específicas, por atuarem no âmbito estadual, é possível obter uma maior visibilidade, que pode vir a ser utilizada dentro do mercado eleitoral, e, como se trata de uma entidade política, já pode ser criada a competência de representante dos seus filiados.

Ao todo são 8 casos que atuaram em altos cargos de direção, principalmente nas Federações da Indústria, inclusive com um caso atuando na Confederação Nacional da Indústria, entidade nacional de representação dos empresários.

Por existirem diferentes caminhos e lógicas disponíveis para estes *empresários*, como os recursos econômicos elevados, uma estrutura de representação política específica, a tendência é um afastamento das instituições políticas formais, como os partidos, até o momento próximo da concorrência para o primeiro cargo político eletivo.

Este ponto pode ser evidenciado pela utilização do partido como requisito legal

para se concorrer à um cargo político. Dos 83 casos, 30 (36,1%) deles se filiam a partidos políticos dentro do tempo limite para se disputar uma eleição, e outros 19 casos (22,8%) são filiados a no máximo de 3 anos. Ou seja, dificilmente ocuparam cargos de direção partidária ou tiveram uma formação e participação militante dentro do partido, já que quase 60% não possui mais de 3 anos como filiado a um partido político.

A idade tardia de entrada na política também vem reforçar este fato, onde apenas 18 casos (21,7%) vão obter o seu primeiro sucesso eleitoral com menos de 30 anos, iniciando assim sua possível carreira política. Um pouco menos da metade dos casos (48,1%) vai ocupar seu primeiro cargo eletivo somente após os 40 anos completos, dentre estes 12 casos ultrapassando os 50 anos de idade.

O interessante é que esta aproximação instrumental com o partido político, e esse *debut* tardio na política eletiva, não é um empecilho para que o primeiro o sucesso eleitoral e, conseqüentemente, a ocupação de cargos eletivos já seja no âmbito federal, principalmente como Deputados. Ou seja, esses demais recursos sociais disponíveis para estes casos, principalmente o recurso econômico e seu peso simbólico construído socialmente, combinado com uma lógica advinda da atividade empresarial, como competência pessoal, são possíveis de serem utilizados na apresentação ao mercado eleitoral, para adquirir votos, e no espaço político como atributos legítimos.

Ao todo são 47 casos (56,6%) que seu primeiro cargo eletivo já é de Deputado Federal, como um “trampolim” da empresa para Brasília, sem que haja a necessidade de se ocupar cargos no âmbito municipal e estadual, como etapas prévias, para se chegar no nível nacional.

A questão que fica e inspira a última seção seguinte é se estes casos conseguem se manter na política e desempenhar que tipos de carreiras políticas.

## 5 | CARREIRAS POLÍTICAS

Após descrever os recursos escolares e econômicos disponíveis, além das posições nas trajetórias, este último tópico consiste na análise das posições políticas dos 83 casos que compõem o universo desta pesquisa, buscando confirmar a existência de uma carreira política. Primeiramente é importante colocar que, o objeto desta pesquisa são as relações entre posições no espaço econômico e posições no espaço político, sendo assim todos os recursos apresentados nos capítulos anteriores, são de casos que obtiveram o sucesso eleitoral, ou seja, ocuparam posições na política pelo menos uma vez.

As informações sobre a carreira política foram retiradas das fichas biográficas realizadas pelos próprios deputados e hospedadas no site da Câmara dos Deputados, complementadas pelos verbetes disponíveis no DHBB elaborado pelo CPDOC da FGV. Foram coletados todos os cargos eletivos exercidos a partir do primeiro sucesso

eleitoral até as eleições de 2015.

Anteriormente foi possível constatar um destaque para os cargos no Poder Legislativo, em âmbito nacional, como a principal fileira de entrada, sendo o cargo de Deputado Federal o primeiro cargo eletivo da maioria deles. Também um afastamento da política partidária antes de se lançar para cargos eletivos, contudo, uma vez adentrando o espaço político, a relação com os partidos se altera, exigindo, pelo menos, uma filiação.

Dentro desse quadro, são apresentados em seguida as principais siglas partidárias em que estes políticos são filiados, apontando para uma concentração no espectro ideológico de centro-direita:

Partidos	Casos	%
PFL/DEM	22	26,5
PMDB	20	24,1
PSDB	13	15,7
PTB	10	12,0
PP/PPB	8	9,6
PR/PL	4	4,8
Outros	6	7,3
Total	83	100,0

Tabela 4 – Filiação Partidária

FONTE: Câmara dos Deputados

É possível constatar que os casos acabam se concentrando cada vez mais em torno de alguns partidos principais no espectro ideológico da direita (PFL/DEM, PTB, PP/PPB e PR/PL) e do centro (PMDB e PSDB), o que não impede a filiação a partidos menores. Sendo que o PFL/DEM e o PMDB podem ser apontadas como as duas principais siglas partidárias, concentrando sozinhas aproximadamente 50% dos casos. Incluindo o PSDB e o PTB, quase 80% dos casos analisados neste trabalho são filiados a um destes quatro partidos.

Como primeiro dado de análise para verificar a existência de uma carreira política, nestes 83 casos, foram coletadas todas as vezes em que atingiu o sucesso eleitoral, logo existindo a possibilidade de ocupar o cargo político. Não foi possível considerar períodos de afastamento ou suplência, mas, de qualquer forma a probabilidade de se manter ocupando um cargo político na primeira situação é grande, seja por uma nomeação para uma secretaria ou ministério, da mesma forma que os casos que assumem por suplência só ocuparam a posição política devido a vacância do titular do cargo.

Dito isso, a tabela seguinte apresenta o número total de mandatos para os quais foram eleitos os 83 casos deste trabalho, considerando todas as eleições vencidas até eleição geral de 2015, não computando assim as eleições municipais de 2016.

Mandatos	Casos	%
1	11	13,3
2	6	7,2
3	15	18,1
4	10	12,0
5	12	14,5
6	11	13,3
7	6	7,2
8	7	8,4
9	2	2,4
10 ou mais	3	3,6
Total	83	100,0

Tabela 5 – Número de Mandatos Eletivos Obtidos

FONTE: Banco de Dados do Autor

Ao procurar construir as carreiras políticas, de acordo com o tempo em que se ocupou cargos eletivos, foram encontrados 11 casos com apenas um cargo eletivo ocupado, ou seja, o seu primeiro cargo político é o início e também o fim de sua participação no mercado eleitoral. Desses 11 casos apenas 2 se candidataram novamente, mas sem sucesso, os outros 9 casos não há qualquer registro de candidatura a nenhum cargo eletivo durante o recorte temporal deste trabalho.

Neste sentido o que ocorre é um abandono dos cargos eletivos por parte destes casos, contudo as condições econômicas e políticas compartilhadas por eles, de alguma forma não acarretam perdas nesta desistência, seja por deterem relações com empresas, garantindo assim o retorno para a ocupação dentro das atividades econômicas; ou por atuações em outros cargos que não os eletivos, como a nomeação para cargos públicos comissionados em diversos âmbitos, como é o caso de secretário (5 casos). Outro fator é a garantia da carreira política por outros membros familiares, principalmente com um grau de parentesco próximo, como o de pai ou irmão.

Diferentemente dos casos com apenas um mandato eletivo em sua vida política, foram considerados como carreiras políticas breves aqueles que tiveram sucesso em pelo menos duas eleições, não necessariamente consecutivas. Assim, a carreira política eletiva acaba sendo de no máximo 8 anos, tempo considerável para a ocupação de cargos, mas não sendo suficiente para apontar uma profissionalização política, por isso esta seção considera estes casos como as breves carreiras.

Ao todo, estes representam 7,2% do universo da pesquisa, que, assim como os casos anteriores, podem ser considerados exceções, onde o padrão é a manutenção das posições políticas eletivas. Agregando estas duas situações, que ocuparam no máximo dois mandatos eletivos, chega-se a aproximadamente 1/5 dos 83 casos analisados. Neste sentido os outros 80% dos casos detêm uma carreira política, por obterem sucesso em no mínimo 3 eleições, restando determinar sua extensão.

Assim os demais 70,5% dos casos que obtiveram mais de 3 mandatos,

não necessariamente consecutivos, disputando eleições em qualquer nível, são considerados por este trabalho como exercendo uma carreira política consolidada. Ao fazer uma estimativa estes casos, provavelmente, exerceram cargos eleitos pelo menos por 12 anos de suas vidas.

Existe uma concentração do número de casos que detém uma carreira política consolidada, que vai de mais de 3 a 5 mandatos eletivos, representando 44,6% do universo, dedicando assim em torno de 12 e 20 anos de sua vida, para os cargos políticos eletivos. Em sua maioria, estes casos têm sua fileira de entrada na política já como Deputado Federal, iniciando assim sua carreira na Câmara Federal, sem passar previamente por outros cargos em âmbito local ou estadual. Lógica que se repete ao longo de sua carreira política, procurando, nas eleições seguintes, sua reeleição para o cargo de Deputado Federal.

Por último estão os casos que detém mais de 5 mandatos eletivos durante a sua carreira política, contados até 2015. Ou seja, são casos que tem no mínimo mais de 20 anos exercendo cargos políticos eletivos, obtendo sucessivos sucessos eleitorais. Ao todo são 29 casos que correspondem a estes critérios colocados, representando aproximadamente 34,9% de todos os casos aqui analisado.

Diferentemente do padrão de entrada nas carreiras médias, são poucos os casos com longo tempo de carreira que iniciam suas fileiras de acesso a política nos cargos legislativos nacionais, estando concentrados principalmente no legislativo em âmbito local. Neste sentido, estas longas carreiras políticas tendem a ser diversificadas, iniciando principalmente como vereador e galgando as demais esferas ao longo do tempo, participando assim do mercado eleitoral, para diferentes cargos eletivos, com alto grau de sucesso.

Por fim, foi possível identificar uma relação entre os recursos econômicos e a duração da carreira política em suas posições extremas, sem poder afirmar com exatidão as influências destes dois fatores nas posições intermediárias. De qualquer forma, sobre os dados mais concretos, a tendência dos casos com patrimônio abaixo de R\$ 500 mil é de exercer até dois mandatos eletivos, enquanto os 18 casos em que seus bens ultrapassam os R\$ 10 milhões de reais, 8 deles obtiveram entre 3 a 5 mandatos eletivos e mais 8 casos atingiram o sucesso eleitoral mais de 5 vezes.

É importante frisar que não está se estabelecendo uma relação de variável dependente e independente, ou seja, no contexto exposto no parágrafo anterior não há dados para afirmar qual fator determina o outro. Neste sentido os recursos econômicos podem ter possibilitado a estes casos uma carreira política consolidada, da mesma forma que a entrada no espaço político pode der disponibilizado a possibilidade de investimentos no espaço econômico.

Assim é necessário considerar que existem outras duas lógicas postas: i) que mesmo os casos que detém posições no itinerário privado, não deixam de deter estes empreendimentos econômicos ao se eleger, por mais tempo que dure sua carreira política, este recurso econômico sempre será uma garantia de posição social; ii)

que a própria posição política, principalmente se detendo uma carreira consolidada, possibilita o acesso a outros recursos inclusive econômicos, diversificando assim suas posições sociais.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi colocado no início deste artigo, mais do que se obter uma resposta exclusiva sobre os 83 casos analisados, rotulando se são empresários ou políticos, o objetivo aqui é justamente demonstrar a possibilidade de se ocupar diferentes posições sociais, não só simultaneamente com a atuação política, mas também externos a este espaço. Mesmo existindo um padrão de se desempenhar longas carreiras políticas, que tem como média geral a ocupação de cargos eletivos por 20 anos, que poderia apontar para um fechamento das atividades em torno das funções políticas, isso não ocorre dentro do universo aqui elencado.

As declarações de bens analisadas também foram importantes para compor os recursos econômicos disponíveis, possibilitando um posicionamento vertical frente ao montante de patrimônio, onde a maioria dos casos deste universo detém mais de R\$ 1 milhão, tomando também a descrição dos empreendimentos que compõem este valor total, concentrados no setor de comércio e serviços.

Foi possível comprovar a posse de diplomas de ensino superior, realizado, principalmente, nas instituições privadas, focando nos cursos tradicionais, como Direito, mas também nos cursos que possuem uma certa aproximação com o meio econômico, por se apresentarem dentro de uma *expertise* técnica, como as Engenharias.

A análise de trajetória possibilitou a sistematização das atividades ocupacionais e profissionais desempenhadas, ao longo da vida, a partir das informações referentes as diferentes funções e cargos ocupados. Dessa forma, foi possível identificar os casos que desempenharam suas funções ocupacionais e profissionais relacionadas a atividades econômicas, estando associados ao itinerário privado, principal trajetória da maior parte dos casos analisado neste trabalho.

No geral, foi possível identificar um padrão em relação ao último cargo ocupado antes da entrada na política, sendo associado a funções, principalmente, de alta hierarquia, como posições na Presidência, ou Vice, apontando altos cargos e de direção, isso nos diferentes itinerários, independentemente do privado. Ou seja, a característica compartilhada é estar nestas posições de “comando” antes do sucesso eleitoral, que são lugares de prestígio social, que também podem ser utilizados como trunfos.

Nestes termos, acredita-se que determinar a posição social global dos agentes, composta a partir dessa multiposicionalidade em diferentes *espaços sociais* é de extrema valia como indícios de *estratégias de reprodução social*. Por outro lado, é também considerar a dimensão social do *espaço político*, não restringindo sua análise somente as carreiras e cargos eletivos, pois existe todo um *background social* prévio

ao recrutamento político, bem como um não abandono, após o sucesso eleitoral, destes recursos sociais adquiridos anteriormente.

## REFERÊNCIAS

B. BADIE e G. HERMET. **La politique comparée**. Paris: Dalloz, 2001.

CORADINI, O L. **Em nome de quem?**: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique em compétence politique sous la Ve République. **Politix**, Vol. 9, n. 35, 1996.

LÉVEQUÊ, Sandrine. "L'entrée en politique". Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la "réussite" politique em France. **Politix**, Vol. 9, n. 35, 1996.

LOUREIRO, Maria Rita & OLIVIERI, Cecilia. Les elites économiques face au développement et à la démocratie : les patrons e les hauts fonctionnaires du gouvernement au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, nº 47/48, 2002.

MATHIOT e SAWICKI, 1999 MATHIOT, P. & SAWICKI, F. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Première Partie: Caractéristiques sociales et filières de recrutement. **Revue Française de Science Politique**, 49 (1), avril, 1999.

MATHIOT, P. & SAWICKI, F. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Deuxième Partie: Passage en cabinet et trajectoires professionnelles. **Revue Française de Science Politique**, 49 (2), avril, 1999.

OFFERLÉ, M. 1999. **La Profession Politique - XIXe.-Xxe. siècles**. Paris: Belin, 1999.

PINÇON, Michel e PINÇON-CHARLOT, Monique. 2007. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**. Porto Alegre: Ano 9, nº 18, 2007.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-023-0

